

## Lista de candidatos é mais uma ferramenta para escolha do voto

A relação dos candidatos que respondem a processos criminais na justiça, divulgada recentemente pela ALMAGIS, ganhou repercussão nacional, mobilizando opiniões favoráveis ou contrárias à iniciativa. Na ótica da entidade, a divulgação dos nomes é uma maneira de colaborar com o eleitor na escolha do voto. A Diretoria acredita não haver motivos para tan-

tos questionamentos, tendo em vista que as ações contidas na relação são de domínio público. A ideia partiu da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), cujo portal bateu recorde de acessos nos primeiros dias de divulgação. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Ayres Brito, já se posicionou a favor da medida. **Pág. 6 e 7**

### VEJA TAMBÉM:

■ Pedro Augusto e James Magalhães vão combater a corrupção em AL.

Pág. 3

■ Juízes da 17ª Vara Criminal solicitam melhorias estruturais.

Pág. 5

■ Movimento associativo é contra carreira jurídica para delegados.

Pág. 11

### Editorial

# Nova direção no TRE

Em decorrência de preceito legal, renovou-se nesse julho passado a direção do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas. Eleito presidente o desembargador Estácio Gama de Lima, nome bastante conhecido nos meios judicantes do nosso Estado. Em sua trajetória de juiz, o Dr. Estácio sempre revelou uma personalidade ativa e independente, mas sem comprometer a sua postura serena e cordial que todos admiramos.

Por outro lado, sabemos que não se trata de um neófito em matéria de gestão administrativa. Foi presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas e, também, presidente da ALMAGIS, oportunidades em que demonstrou senso e habilidade para as lides da administração. Realizou muito, até onde é possível realizar diante das limitações do nosso meio. Portanto, o novo presidente leva para a gerência do nosso TRE uma experiência comprovada que, obviamente, será bastante salutar para a entidade que está a presidir.

Méritos também sabidamente comprovados são conferidos aos demais integrantes da diretoria, desembargador Orlando Manso e juiz federal André Granja. Assim, mantendo a tradição de competência e lisura, o Tribunal Regional Eleitoral ingressa em nova fase de sua vida administrativa.

Pelo que a ALMAGIS envia congratulações a todo o colegiado.

### Artigo

# Polícia Preventiva

**Emanoel Fay**

Juiz de Direito emérito



Sabemos que a polícia é composta de três ações principais, a saber: Polícia Preventiva, Polícia Ostensiva e Polícia Investigativa, incluindo a Polícia Científica. Dentre todas as polícias elegemos para a vida urbana a polícia que previne o evento criminoso. A situação que a sociedade alagoana vive nos últimos anos é muito constrangedora porque os marginais estão obtendo sucesso em suas empreitadas. Parece até que vivemos num Estado governado por marginais. As ações das autoridades geram resultados paleatórios em favor da comunidade atingida diariamente pelo crime. A crise é sempre um momento importante para reflexão. O que está acontecendo? Por que a audácia dos meliantes chega ao extremo de desafiar o Poder Judiciário, seqüestrando e assaltando membros e familiares dos responsáveis pela aplicação da lei para o equilíbrio social?

Se fizermos uma retrospectiva na História do Brasil dos últimos cinquenta anos, verificaremos que após a volta do regime chamado democrático, instalou-se de forma muito forte uma cultura de corrupção institucional generalizada em todo o País. Os políticos, tanto do Executivo quanto do Legislativo, começaram um processo de apropriação do dinheiro público, em favor individual ou de seus grupos políticos, levando o País ao empobrecimento moral e econômico. O resultado dessa loucura é a grande carência de mão-de-obra para a ocupação de milhões de brasileiros. Todo esse processo negativo levou ao poder o Partido dos Trabalhadores (PT), que provocou os maiores escândalos de corrupção já vistos na história do Brasil. Todos os responsáveis por essa vergonha nacional e internacional estão transitando livremente e ainda continuam influenciando no destino da Nação, sem qualquer punição.

Diante desta situação desconfortabilíssima, o Brasil necessita de uma mega-reforma, principalmente no campo ético e moral dos nossos líderes. E, voltando ao nosso raciocínio sobre a vida comunitária, lembramos que é urgente uma assembléia popular para se pensar numa legislação que dinamize um aparelho policial preventivo que possa, a nível local, identificar melhor os nossos delinquentes para evitar o prosseguimento das dores que ora atravessamos. Por isso, lembramos neste artigo que a melhor polícia preventiva do mundo ainda é a da cidade de Tóquio (25 milhões de habitantes), no Japão. Dela poderemos colher a experiência e adaptá-la à nossa sociedade. Acionemos, portanto, o Consulado Japonês para propor parceria com o País irmão que possui no Brasil a colônia mais importante do mundo da raça nipônica. Quem sabe se não aprenderemos o que é uma Polícia Preventiva Urbana?

## A VOZ do Magistrado

Informativo da Associação Alagoana de Magistrados (ALMAGIS)

### DIRETORIA EXECUTIVA



Maurílio da Silva Ferraz  
Presidente

Pedro Ivens Simões de França  
Vice-Presidente Administrativo

Nelma Torres Padilha  
Vice-Presidente Financeiro

Durval Mendonça Júnior  
Vice-Presidente Sócio-Cultural

Ana Raquel da Silva Gama  
Vice-Presidente de R. Públicas

Alberto de Almeida  
Vice-Presidente de Esporte e Lazer

José Francisco da Costa Filho  
Vice-Presidente dos Aposentados

### CONSELHO DELIBERATIVO

Sóstenes Alex Costa de Andrade  
Presidente

Domingos de Araújo Lima Neto  
Vice-presidente

Manoel Tenório de Oliveira  
Secretário

Adriana Carla Feitosa Martins  
José Porto Cavalcanti  
Ricardo Jorge Cavalcante Lima  
Sandra Janine Wanderley Cavalcante Maia

### CONSELHEIROS NATOS

Neyder Alcântara de Oliveira  
Geraldo Tenório Silveira  
Estácio Luiz Gama de Lima  
Nelma Torres Padilha  
Otávio Leão Praxedes  
Fernando Tourinho de Omena Souza  
Paulo Zacarias da Silva

### PRODUÇÃO EDITORIAL

Jornalista Responsável  
Mercia Pimentel (MTE-1007/AL)

Projeto gráfico e diagramação  
Valdirene Leão

Edição  
Marcia Amy

Tiragem: 1.000 exemplares  
Impressão: Gráfica Moura Ramos  
Circulação: nacional e gratuita

Endereço: Rua Barão de Anadia, 8 - Centro - Maceió/AL

Fone/Fax: (82) 3221-4907/3223-7960

E-mail: imprensa@almagis.com.br

Home-page: www.almagis.com.br

# Novos desembargadores garantem que vão atuar no combate à corrupção em Alagoas

Caio Laureiro

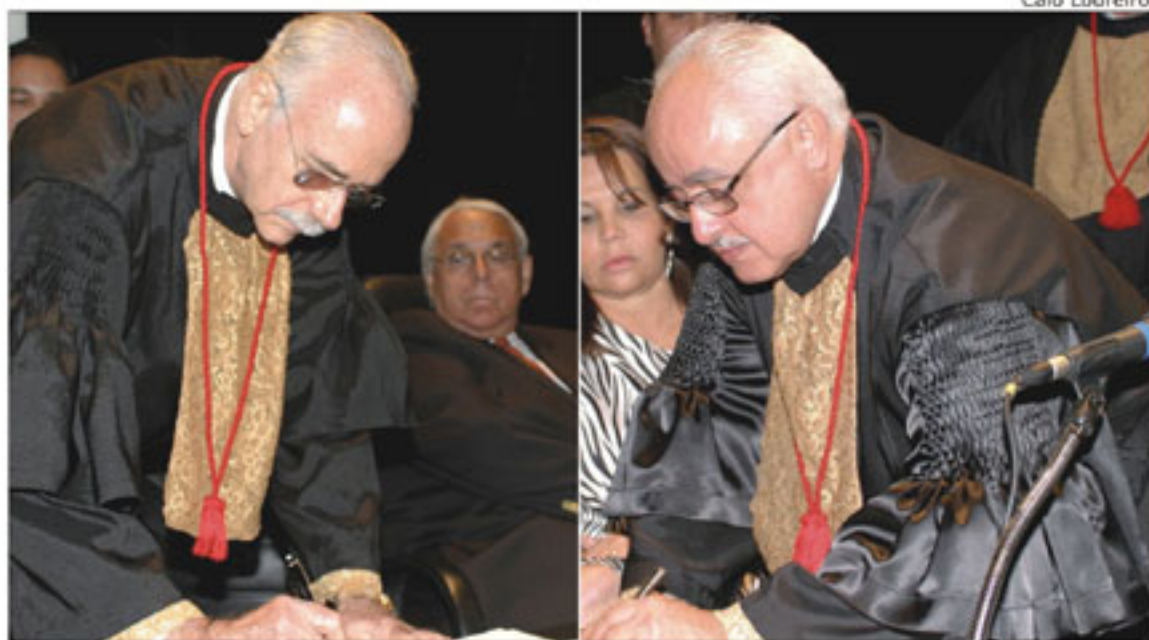
Com o compromisso de combater as práticas de corrupção no Estado e distribuir justiça igualmente, tomaram posse os novos desembargadores do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), Pedro Augusto Mendonça de Araújo e James Magalhães de Medeiros. Eles enfocaram a responsabilidade de respeitar a lei e atender aos anseios sociais numa cerimônia realizada dia 23 de julho, no Centro de Convenções de Maceió.

Como desembargador mais recente, José Carlos Malta Marques proferiu o discurso de saudação aos novos integrantes da Corte. Antes, homenageou os magistrados Juarez Marques Luz e Antonio Sapucaia, aposentados compulsoriamente, pela "enorme" contribuição oferecida durante os anos de prestação jurisdicional. Sapucaia recebeu aplausos no momento em que foi referenciado como o homem que inaugurou uma nova fase na história da justiça alagoana.

Sobre os novos desembargadores, Malta Marques afirmou que enxerga neles a vontade de realização do direito e da justiça: "há um clamor por justiça e o Poder Judiciário é a última instância dos desvalidos. James e Pedro são homens íntegros e, interpretando o sentimento de toda a sociedade alagoana, deposito nesses magistrados a confiança de que honrarão suas togas".

Em sua fala, Pedro Augusto remontou ao ano de 1971, quando adjunto de promotor desenvolveu atividades na comarca de Junqueiro. No que tange à nova função, disse: "assumo com orgulho sadio, mas não com perigosa vaidade. Trago comigo o compromisso de desempenhar com retidão a aplicação da lei e combater incisivamente qualquer prática de corrupção".

James Magalhães afirmou que sempre teve em mente a responsabilidade de julgar com independência, tanto que prolatou várias decisões contra abuso de poder político e econômico cometido por gestores públicos do Estado. "O combate à corrupção será permanente", avisou. No discurso, o desembargador também enfatizou sua vocação para a magistratura.



Pedro Augusto e James Magalhães ascendem ao TJ, respectivamente, por merecimento e antigüidade

## Trajetórias marcadas pela experiência

Pedro Augusto ingressou na magistratura no ano de 1976, quando foi designado para as comarcas de Paulo Jacinto e Porto de Pedras. Ele passou pelas comarcas de Palmeira dos Índios e Arapiraca até chegar a 3ª Vara Criminal, onde foi titular. O magistrado presidiu a Comissão Judiciária de Adoção e a Turma Recursal da 1ª Região, ocupando também a superintendência do Fórum de Maceió. Ele estava exercendo o cargo de juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça quando foi promovido.

O ingresso de James Magalhães nos quadros do Judiciário data de 07 de ou-

tubro de 1973. Delmiro Gouveira foi sua primeira comarca, passando posteriormente a atuar nas unidades de Traipu, Santana do Ipanema, Arapiraca, e 12ª Vara de Maceió (Auditoria da Justiça Militar). Magalhães também foi juiz auxiliar da Corregedoria da Justiça e da Presidência do TJ/AL. Atualmente, exerce o cargo de coordenador da Justiça Militar da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB).

Pedro Augusto ascendeu ao Tribunal de Justiça pelo critério do merecimento e James Magalhães pelo quesito da antigüidade.

## Assembléia aprova venda do clube social



Os associados já autorizaram a Diretoria Executiva a iniciar a negociação de venda do clube social, localizado em Riacho Doce. Uma avaliação técnico-financeira já foi realizada, e os valores resultantes da venda serão investidos na aquisição de um novo espaço de lazer. A venda do Clube do Magistrado foi deliberada na Assembléia Extraordinária ocorrida em meados de junho.

# SOCOCO®



SOCOCO mais sabor na sua receita

# 17ª Vara: muito trabalho e poucos servidores

Instalada há pouco mais de um ano, a 17ª Vara Criminal da Capital já deu mostras do trabalho sério e responsável que vem sendo desenvolvido. São cinco juízes e um único objetivo: combater a criminalidade no território alagoano com independência, sem ceder a qualquer tipo de pressão advinda de grupos de mando político ou econômico. Por se tratar de uma vara diferenciada, preparada para apreciar qualquer tipo de crime, o espaço ocupado pelos magistrados está se tornando pequeno para tantas atribuições.

Conforme informação da assessora dos juízes, Celiany da Rocha Santos, a vara coletiva prolatou mais de nove sentenças nesse primeiro ano de instalação. A quantidade parece pequena se não for levado em consideração que um processo chega a ter 28 volumes, cada um com 200 laudas, como a ação que envolve o caso do ex-vice-prefeito de Pilar, Gilberto Pereira Alves, o Beto Campanha, executado a tiros numa movimentada Avenida de Macaíó. A quantidade de representações que chega à vara também é grande. Diariamente, são recebidas cerca de 10 representações das Polícias Civil e Federal, totalizando mais de 200 ao mês. "Elas equivalem a uma ação em fase inicial, pois têm 3 ou 4 volumes", informa o juiz José Braga Neto.

Além disso, a unidade jurisdicional é a que decreta mais prisões dentre todas as varas criminais do Estado. De acordo com o Mapa do Réu Preso, relatório mensal elaborado pela equipe da vara coletiva, 48 pessoas se encontravam presas por determinação desse juízo no mês de junho, sem contar os foragidos do sistema público de segurança. No mês de julho, somam-se 42 prisões da Operação Paracelso e 32 da Operação Cachoeira, ações deflagradas pela Polícia Federal por força tarefa envolvendo as Polícias Civil e Militar.

Os juízes dividem uma sala no Fórum da Justiça Estadual com quatro funcionários, muitos processos e vários materiais apreendidos. Não só o espaço é apertado, como também há algumas pendências estruturais. A 17ª Vara dispõe de uma escrivã, dois analistas judiciários e apenas uma assessora para atender a todas as demandas.

O juízo não tem máquina de protocolo e o cartório do órgão é o único do Fórum estadual responsável pelo cadastro e distribuição dos processos, inquéri-



Equipamentos eletrônicos de segurança e ampliação do quadro de pessoal são algumas das solicitações dos juízes



Magistrados dividem espaço com materiais apreendidos

tos policiais e representações que tramitam no órgão. O juiz-presidente do Fundo Especial de Modernização do Judiciário (Funjuris), Jamil de Hollanda Ferreira, se comprometeu em disponibilizar a sala da Turma Recursal assim que ela for instalada em sede própria.

## PLEITOS

Equipamentos eletrônicos de gravação e de segurança, aparelho de telefonia móvel para cada juiz integrante, reforço no quadro de pessoal, alimentação para servidores, quando estendido o expediente judiciário; e transporte para oficial de justiça nas atividades que demandem ur-

gência são alguns dos quesitos apontados como necessários pelos juízes. A vara também precisa de um monitor para que advogados e partes acompanhem atentamente as audiências. O pedido de melhorias já foi feito ao presidente do Tribunal de Justiça de Alagoas (TJ/AL), desembargador José Fernandes de Hollanda Ferreira, que antecipou apoio.

A unidade jurisdicional necessita também de uma estrutura adequada de segurança para receber as demandas. "Ficamos muito expostos, tendo muitas vezes que nos deslocar ao corredor do Fórum para solucionar eventuais impasses", afirmou o juiz Antônio Dória ao narrar que testemunhas são ameaçadas na própria sede do juízo logo após prestarem depoimento. O secretário de Defesa Social do Estado, Paulo Rubim garantiu que a solicitação já foi deferida, inclusive, a segurança pessoal de alguns magistrados. "Assim que chegou a mim, esse pedido foi prontamente autorizado. Peço apenas que aguardem um pouco a chegada do reforço", frisou.

## ATUAÇÃO

Desde que foi criada - em 22 de março de 2007, por força da Lei Estadual nº. 6.806 - a 17ª Vara Criminal atuou em todas as operações deflagradas pela Polícia Federal, expedindo mandados de prisão, de busca e apreensão, entre outras ações. Atualmente, integram a vara coletiva os juízes Antônio Emanuel Dória Ferreira, Fábio José Bittencourt Araújo, José Braga Neto, Maurício César Brêda Filho e Rodolfo Osório Gatto Hermann.

# A polêmica "lista suja"

*A denominação "pegou", mas a magistratura afirma que a intenção não é fazer juízo de valor, e sim mostrar quem tem alguma pendência na justiça*

Enquanto se iniciam os preparativos para o pleito municipal de 2008, a ALMAGIS lança uma lista contendo os nomes dos candidatos que respondem a processos criminais na justiça. A iniciativa gera polêmica, atraindo opiniões favoráveis ou contrárias à medida.

Controvérsias à parte, o fato é que a intenção da entidade é mesmo a de oferecer ao eleitor uma ferramenta a mais na hora de escolher seu representante. É isso o que vem afirmando o presidente da entidade de classe, juiz Maurílio da Silva Ferraz, aos vetu-

los de comunicação do Estado. Ele salienta que a divulgação dos nomes não tem qualquer fim pessoal ou político-partidário.

A lista partiu da Associação dos Magistrados Brasileiros (AMB), que registrou 224 mil acessos nos primeiros dias de divulgação da lista no portal. No site da ALMAGIS foram contabilizados 3.990 acessos. O presidente do Tribunal Superior Eleitoral (TSE), ministro Carlos Ayres Britto, é um dos que concordam com a exposição dos nomes. Ele se mostrou favorável à mudança na decisão que autoriza candidatos situados em

processos judiciais a concorrerem nas eleições.

O critério para divulgação dos nomes é o seguinte: candidatos que estejam em ações penais incondicionadas, cuja denúncia tenha sido recebida pela autoridade judicial. Ações de improbidade administrativa também são expostas desde que haja sentença proferida pelo juiz. Os processos de natureza privada foram excluídos da lista, porque não interferem diretamente na postura do agente público. Um exemplo disso são as ações contra danos morais.



Ferraz diz que objetivo é tornar as ações transparentes

## "Informações são públicas, não há o que questionar", lembra juiz

No artigo publicado pela Folha de São Paulo, edição de 26 de julho deste ano, o presidente da AMB, juiz Mozart Valadares Pires, explica porque considera positiva a divulgação da lista pela magistratura. Ele pondera que a denominação "lista suja" surgiu através dos veículos de comunicação e a entidade em nenhum momento se apoderou dela. Ao argumentar que muitos descobrem os mecanismos de registros processuais sobre a vida dos candidatos, esclareceu: "a finalidade da divulgação pode ser resumida na palavra transparência".

Maurílio Ferraz, presidente da entidade alagoana, acompanha o mesmo raciocínio. O juiz lembra que as ações são públicas, não havendo motivos para tantos questionamentos. "É até um direito do cidadão saber quais são os candidatos com alguma pendência na justiça", destaca. Segundo o magistrado, a sociedade precisa conhecer a vida pregressa dos políticos, sendo respeitadas as questões que transcorrem em segredo de justiça. "O voto consciente passa por várias questões, entre elas está a informação. Muitas vezes, por desconhecimento,

o eleitor é instado a escolher o candidato 'irradiado', o que acarreta enormes prejuízos para o desenvolvimento do Estado", avisa.

Outras instituições também manifestaram interesse na exposição dos candidatos com algum tipo de ação na justiça, mas o diferencial da lista divulgada pela entidade da magistratura é que ela contém a informação oficial do juízo. Na relação da ALMAGIS, os dados são encaminhados pelos próprios juízes eleitorais. A 1ª, 2ª, 3ª, 3ª, 3ª, 4ª e 4ª Zonas Eleitorais informaram que nos respectivos municípios sob

responsabilidade desses juízes não há candidatos com pendência judicial.

Até o fechamento desta edição, a entidade havia recebido informações de 29 Zonas Eleitorais. São 42 candidatos respondendo a processos criminais. Na relação constam crimes como porte de arma, furto, lesão corporal, tortura, peculato e homicídio.

As ações podem ser consultadas nos sites do Tribunal de Justiça de Alagoas e da Justiça Federal da 5ª Região. Veja o nome do candidato, o tipo de ação que responde e o número do processo no box ao lado.

## Juízes eleitorais fazem mapeamento político de Alagoas

Com o objetivo de orientar e auxiliar as instituições que irão conduzir as eleições de 2008, três juízes produziram um relatório com o mapeamento completo da situação política do Estado.

Pedro Ivo Simões, Rodolfo Otávio Gatto e André Tobias Garcia, atual coordenador eleitoral, integram a comissão de estudos sobre o combate à corrupção eleitoral em Alagoas. Durante vários meses eles realizaram estudos sobre as condições sociais e econômicas dos municípios alagoanos, cobrindo informações com os juízes das zonas eleitorais e elaborando uma lista de esta-

ções para garantir mais segurança no pleito eleitoral deste ano.

Os magistrados identificaram alguns fatores como potencialmente causadores de atos de corrupção. Altos índices de violência e desemprego, desconhecimento da população sobre seus direitos, baixa escolaridade do eleitorado, má distribuição de renda, dependências de programas assistenciais foram alguns dos aspectos observados.

O relatório também aponta que ilícitos eleitorais como propaganda antecipada, prática de boca de urna, compra de votos, fraude no alistamento e transferências elei-

torais são comuns em todos os municípios alagoanos.

### ESTRATÉGIAS

O grupo de juízes sugeriu algumas medidas estratégicas para orientar as instituições na condução do pleito eleitoral. Num contexto mais amplo, a comissão indicou a realização de campanhas educativas com o objetivo de conscientizar a população quanto à importância do voto. O incentivo à fiscalização das eleições pelos próprios partidos, esclarecimento de condutas vedadas ao eleitor e indicação sobre quais autori-

dades o eleitor deve se dirigir no caso de denúncias foram outras questões expostas.

Como medidas específicas, os estudos apontam a necessidade de estabelecer canais de comunicação permanentes do órgão diretivo do Tribunal Regional Eleitoral de Alagoas (TRE/AL) com os juízes eleitorais, bem como da Procuradoria Regional Eleitoral com os promotores eleitorais. Outro ponto destacado foi o envio de força policial, ou até mesmo tropas federais para a segurança de alguns municípios. O TRE já acolheu algumas das sugestões; como exemplo, a campanha pelo voto limpo.

### Lista provisória dos candidatos com pendência na justiça

#### 1ª, 2ª, 3ª e 4ª ZONAS ELEITORAIS MACEDÓ

Vanderlei Alves de Lima - 2008.00.000945-9 (Ação penal pública - lesão corporal - art. 129 CP e Acusação art. 356 CP)

Adelino Teodoro Bezerra - 001.07.00607-7 (Furto de arma - Lei 9627/97)

Antônio Marcos da Rocha Lima - 01.07.00205-0 (Desvio de dotação)

José da Silva Coutinho - 001.04.00111-4 (Processo no 6º Vara Criminal)

Ribeiro Yasmacilho Calheiros - 001.05.01272-2 (Crime resultante de processo de saque - Lei 9429/97)

Ismael Bonfim do Nascimento - 001.07.00034-0 (Furto de arma - Lei 9627/97)

José Domínio Ferreira Nunes - 2005.00.0000000 (Ação penal pública - crimes de responsabilidade - DL 201/07, Lei 3079/90 e Lei 5204/97)

#### 6ª ZONA - ANADIA e TANQUE D'ARCA

Antônio Cicero Holanda Neto - 201.07.30099-2 (Furto)

Luiz Cabral de Araújo - 201.08.30091-5 (Crime corporativo)

José Oliveira dos Santos - 201.08.30011-3 (Tentativa de homicídio)

José Lopes de Oliveira - 2008.01.0100298-4 (Furto tentado - ou furto próprio, art. 342, 343 CP)

#### 8ª ZONA - PILAR

Antônio Garcia da Silva - 007.05.00015-9 (Crime corporativo)

Andréy Ferreira Serafim - 047.01.00003-0 (Homicídio doloso)

Geovani Carvalho Domingos - 047.03.00040-9 (Tentativa de homicídio)

Osvaldo Alves de Ramos - 047.05.01040-9 (Homicídio doloso)

#### 10ª ZONA - F. DOS INDIOS, ESTRELA DE AL e BELÉM

Angela Maria Lima de Jesus Garoto - 124/01 - Homicídio doloso

008.00.01043-1 - Homicídio doloso

#### 11ª ZONA - PÃO DE AÇÚCAR e PALESTINA

Antônio José da Silva - 048.07.30006-2 (Crime de improbidade)

#### 12ª ZONA - FASSO DE CAMARAGIBE

Everaldo Vazquez - 001.03.010015-3 (Crime de tortura - Lei 9455/97)

#### 13ª ZONA - RIO LARGO, COQUEIRO SECO, SANTA LUÍZA DO NORTE e SAURUBA

Maria Elza Alves da Silva - 001.07.30013-4 (Ação criminal/crime comum)

#### 16ª ZONA - SÃO JONÉ DA LAJE e BRATEGUARA

José Rinaldo dos Santos Oliveira - 2004.00.0000073-0 (Quadrilha ou bando, art. 289 CP, e crimes contra o sistema financeiro nacional - Lei 7402/90)

#### 20ª ZONA - ERAUPE

Alcides Vieira de Melo Junior - 11/2008 (Substituição, art. 350 e 350 CP, e Quadrilha ou bando, art. 289 CP)

Marcos Antônio dos Santos - 008.00.01.00072-4 (Formação de quadrilha, art. 288 CP, fraude ao contrato competitivo do procedimento licitatório, art. 30 da Lei 8666/90 e lavagem de valores, art. 7, V, C/C § 2º, I da Lei 9433/96)

#### 23ª ZONA - CAPELA e CAJUEIRO

Luiz Francisco Dantas - 007.07.300272-4 (Rescisão)

#### 25ª ZONA - BATALHA, S. MONTE e JACARÉ DOS BOMBONS

Francisco José de Oliveira - 2005.00.00368-0 (Ação penal)

Adalberto Oliveira Silva - 2000.00.00.00041-5 (Corrupção passiva e ativa, art. 317 e 313 CP)

José Antônio Cavalcanti de Melo - 206.08.300006-1 (Homicídio doloso)

#### 32ª ZONA - PIRANHAS e OLHO D'ÁGUA DO CASADO

Paulo Roberto Gomes Amaral - 130/2008 (Fraude no alistamento eleitoral/transporte irregular de eleitores)

#### 35ª ZONA - JUNQUEIRO e S. TEOFILO VILELA

José Domínio da Silva - 004.07.300577-3 (Previdência)

#### 36ª ZONA - PIAÇABUÇU e FELIZ ESERTEPO

José Ismael de Oliveira - 2000.00.00.00047-1 e 2000.00.00.00073-2 (Ação penal pública)

José Vieira da Silva - 290/2004 (Crime eleitoral)

José Renato Marinho Araújo - 026.07.000074-4 (Apropração indébita)

Catibania Maria Gomes - 2332.00.00.002279-4 (Ação penal pública) e 001/06 (crime eleitoral)

#### 38ª ZONA - JUNQUEIRO e S. TEOFILO VILELA

José Domínio da Silva - 004.07.300577-3 (Previdência)

#### 40ª ZONA - BOCA DA MATA

Emersonaldo Neves da Silva - 005.07.300009-4 (Ação criminal/crime comum)

Rita Lopes da Silva - 005.07.301274-4 (Furto)

José Maurício dos Santos - 005.07.300507-4 (Crime de falsidade)

#### 39ª ZONA - MARAVILHA, OLHO BRANCO e POÇO DAS TRINCHERAS

Aracely Cabral Silva - 001/2008 (Arts. 290, 296, 348, 350 e 355 do CP e/ou art. 42, I CP)

#### 51ª ZONA - S. I. DA TAPERA, CARMELOS e S. RUI PALMEIRA

Naldino Vieira Eulábio Silva - 004.07.301006-0 (Falsidade ideológica)

Mário César Vieira - 004.07.300907-2 (Ação de reparação de danos causados ao eleitor)

004.07.300396-0 (Representação criminal)

004.08.300049-9 (Homicídio doloso)

Alcides Lima Santos - 004.07.300273-3 (Homicídio culposo - direção de veículo)

José Antônio Cavalcanti - 004.07.300620-4 (Homicídio culposo - direção de veículo)

#### 52ª ZONA - MATEIZ DE CAMARAGIBE

Washington Luiz Menezes Galvão - 1009/08 (Art. 1º, I, Decreto Lei nº 201/67)

Cuidando da Natureza  
para garantir o Futuro



## Grupo Santo Antonio



**Usina Santo Antonio**



**Usina Camaragibe**

### Questão de saúde

Carla Calheiros

## Lesões traumáticas em dentes anteriores

As lesões traumáticas em dentes anteriores são bastante frequentes, especialmente, em crianças e adolescentes, podendo causar dano físico, psicológico e social não só ao acometido como também à família, que muito se envolve com o problema.

Essas lesões podem levar a perdas dentárias irreparáveis tanto no momento do acidente como durante o tratamento e até anos após, trazendo conseqüências comprometedoras à estética e função dentária. Os primeiros socorros são fundamentais, pois deles depende o sucesso do tratamento. Seguem algumas instruções básicas para o correto procedimento nos casos que requeiram urgência. No caso dos dentes permanentes:

■ Se no traumatismo o dente quebrou, limpe o dente afetado e procure pelo fragmento fraturado, colocando-o em leite, soro fisiológico ou água. Após isso, procure um dentista;

■ Se o dente saiu do lugar, mas não caiu, feche levemente a boca mordendo uma gaze ou um pano limpo e vá a um especialista;

■ Se o dente caiu, aja com rapidez, pois a maior possibilidade de salvá-lo está nos 20 primeiros minutos. Pegue o dente sem tocar na raiz, lave-o e coloque-o imediatamente em seu local. Não sendo possível, armazene-o em leite, soro fisiológico ou água. Morda uma gaze ou pano e se dirija a um consultório odontológico.

No caso dos dentes de leite, deve-se proceder da mesma forma que nos permanentes, entretanto, se o dente saiu do lugar não se deve reimplantá-lo, pois há o risco de afetar o dente permanente em formação.

É muito importante a prevenção das lesões traumáticas, o imediato e efetivo tratamento dentário, poupando-se assim tempo, gastos, complicações e, sobretudo, preocupações.

\*É odontóloga da ALMAGIS.



Coordenador da Esmal, juiz Roldão Oliveira, garante que instituição oferecerá, no mínimo, dois cursos por ano

## Curso de aperfeiçoamento é requisito obrigatório para acesso ao Tribunal de Justiça

Juízes que não participarem de no mínimo um curso de aperfeiçoamento por cada ano de entrância não poderão ser promovidos, removidos ou ter acesso ao Tribunal de Justiça. A frequência em cursos oficiais reconhecidos pela Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento de Magistrados (Enfam) agora é um critério obrigatório para a promoção. A exigência decorre da nova ordem estabelecida pela Emenda Constitucional nº. 45, que regulamenta a antigüidade e o merecimento como formas alternadas de acesso aos tribunais.

O coordenador-geral de cursos da Escola Superior da Magistratura de Alagoas (Esmal), juiz Roldão Oliveira Neto, explica que o Conselho Nacional de Justiça (CNJ) publicou a Resolução nº. 06/2005, estabelecendo que o merecimento deve ser apurado e aferido conforme o desempenho do juiz, por critérios objetivos de produtividade, presteza no exercício da jurisdição e pela participação em cursos oficiais. Para atender a alguns dos requi-

sitos, a Esmal vai realizar neste segundo semestre o primeiro curso de aperfeiçoamento baseado nos moldes da Enfam. Roldão garante que serão oferecidos, no mínimo, dois cursos por ano, para que nenhum juiz seja prejudicado. "Aquele que não puder comparecer por problemas de saúde ou viagem, terá uma segunda oportunidade. O importante é que a Escola disponibilize mais de um curso anual, pois a partir de agora ele é condição fundamental para promoção", frisou.

### CURSOS

Os cursos de aperfeiçoamento terão duração mínima de 20 horas-aula semestrais ou 40 anuais. Sua metodologia consiste em aulas teóricas e práticas, seminários e outros eventos. Estudos sobre alterações legislativas, situações práticas de atividades judicantes e temas teóricos relativos a matérias jurídicas de disciplinas como filosofia, sociologia e psicologia farão parte do conteúdo programático.

### ERRATA

O juiz-substituto Nelson Fernando de Medeiros Martins, da comarca de Traipu, atuou como advogado durante cinco anos e foi oficial da reserva do Quadro de Material Bélico do Exército Brasileiro. Por razões de edição, o jornal *A Voz* dos meses de maio e junho trouxe a informação do cargo ocupado no Exército incompleta. Nelson Martins também é pós-graduado pela Escola da Magistratura Federal do Paraná.

# CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO



**Acompanhando você em todas as  
fases de sua vida profissional**

- **DIREITO PROCESSUAL**
- **DIREITO PÚBLICO**
- **DIREITO E PROCESSO DO TRABALHO**

[www.cesmac.com.br/pos](http://www.cesmac.com.br/pos)  
[asppe@fejal.com.br](mailto:asppe@fejal.com.br)  
3215-5034 / 3215-5029

Para sua comodidade, a  
R2 Consultoria & Negócios Ltda fará  
inscrição e matrícula em sua residência  
ou local de trabalho, sem ônus adicional  
por este serviço.  
Ligue: 9925-4311 / 3035-8657 / 8812-0056





Integrantes do colegiado decidiram ir a Brasília para impedir aprovação da PEC; deputados federais Joaquim Beltrão e Carlos Alberto Canuto apóiam iniciativa

## Frente Associativista de Alagoas é contra PEC que prevê ingresso de delegados na carreira jurídica

*Movimento acredita que medida iria conferir à categoria o status de poder constitucional*

A Frente Associativa da Magistratura e do Ministério Público de Alagoas é contrária à aprovação da Proposta de Emenda à Constituição (PEC) nº. 549/06, responsável pela criação de uma nova carreira jurídica para os delegados de Polícia. Os integrantes do órgão vão a Brasília para tentar barrar o projeto que, segundo eles, insere na estrutura da justiça uma "carreira armada", completamente dissociada das práticas jurídicas.

Durante reunião realizada dia 21 de julho, no auditório da ALMAGIS, os membros da Frente Associativa criticaram incisivamente a medida, pois ela traria autonomia administrativa e financeira para os delegados, conferindo à classe o status de poder constitucional. Se aprovada, a PEC permitirá o afastamento dos delegados da estrutura do Executivo, não havendo mais o controle externo do Ministério Público, pois a proposta prevê a criação de um conselho nacional para a categoria. Além disso, os delegados também passariam a ter acesso ao Judiciário nas vagas reservadas pelo quinto constitucional.

"Na prática esse projeto trará muitos embaraços. Seria uma alteração de fôlego,

responsável pela mudança de mais de 50 artigos da Constituição Federal. E quanto ao poder requisitório do MP, será transferido para a polícia? Esse assunto precisa ser debatido com maior profundidade", ponderou o presidente da ALMAGIS, juiz Maurílio da Silva Ferraz.

Eduardo Mendes, presidente da Associação do Ministério Público de Alagoas (Ampal), afirmou que a proposta é preocupante, e que a Frente tem argumentos jurídicos para frear a medida. "A diferença básica é que a Magistratura e o Ministério Público atuam com a caneta, já os delegados terão armas, tropas e canetas. Queremos o Estado de Direito", criticou.

Os deputados federais Joaquim Beltrão e Carlos Alberto Canuto confirmaram que há uma forte pressão dos delegados no Congresso para aprovação da PEC, mas ressaltaram que esse contraponto das instituições é fundamental. "É importante que a voz da magistratura e do MP seja ouvida no parlamento. Esse diálogo com as instituições é fundamental, pois queremos esclarecer alguns pontos dessa PEC, sob pena de criarmos um Estado policial", disse Beltrão. O convite para discussão da matéria em

Brasília partiu dos próprios integrantes da bancada federal, que também sugeriram a presença de senadores. A reunião ainda será agendada pelos parlamentares.

### A FRENTE

Criada recentemente, a Frente Associativa de Alagoas discute assuntos convergentes à magistratura e ao MP que estão em debate no Congresso Nacional. Temas como subsídios, aposentadoria compulsória, prerrogativa do Judiciário são alguns dos abordados pelo movimento. Na última reunião do órgão, os membros também questionaram a inconstitucionalidade da PEC 184/07, que prevê alteração no regime de subsídios da polícia.

Além da ALMAGIS e da Ampal, integram o movimento a Associação dos Magistrados da Justiça do Trabalho da 19ª Região (Amatra XIX), Associação dos Juizes Federais (Ajufe), Associação Nacional dos Procuradores do Trabalho (ANPT) e Associação Nacional dos Procuradores da República (ANPR). O presidente da Amatra XIX, Valter Souza Pugliesi, é quem coordena os trabalhos.

## Visita de cortesia

A Diretoria Executiva da ALMAGIS recebeu, dia 25 de julho, visita de cortesia do presidente da Associação dos Magistrados de Sergipe (Amase), juiz Marcelo Augusto Costa Campos. Acompanhado do também diretor Gustavo Adolfo Plech Pereira, o magistrado esteve em Alagoas para conhecer a estrutura do Judiciário e discutir a realização de um encontro envolvendo a magistratura dos dois Estados. Além de promover a troca de experiências, o encontro abor-

dará assuntos relacionados aos setores de tecnologia da informação de cada Tribunal de Justiça. O presidente da Amase elogiou a estrutura da entidade, ressaltando a importância de conhecer o funcionamento de outras associações como forma de compartilhar idéias. No mesmo dia, os dirigentes da associação sergipana também se dirigiram à cooperativa de crédito JURISCRED, onde discutiram a viabilidade de instalar uma instituição semelhante no Estado.



*Marcelo Campos e Gustavo Plech, da Amase, recepcionados por Maurílio Ferraz, Nelma Padilha e Pedro Ivens*



*James Magalhães, com a esposa Fátima Medeiros, e Pedro Augusto (D) recebem os cumprimentos de Hollanda e Gama*



*José Costa, Paulo Zacarias, Maurílio Ferraz e Nelma Padilha em visita ao presidente do TRE/AL, Estácio Gama*



*Audiência: Fernando Tourinho e Maurílio Ferraz (à dir.) com o governador Teotônio Vilela, Wedna Miranda e Givaldo Carimbão*



*Secretário de Gestão Pública, Guilherme Lima (2º à esq.) recebe Antonio Sapucaia, Maurílio Ferraz, Gustavo Souza e Júlio Silva*



*Presidente da ALMAGIS ladeado pelos organizadores do Fórum de Direito Médico, Eduardo Dantas e Sérgio Craveiro*

## ANIVERSARIANTES

### JULHO

02 Antonio Luna da Silva  
02 Ygor Vieira de Figueirêdo  
03 José Fernando Lima Souza  
03 Manoel Fabricio Coelho  
07 Paulo Barros da Silva Lima  
10 João Paulo Martins da Costa  
13 Rodolfo Osório Gatto Hermann  
14 Ricardo Jorge Cavalcante Lima  
16 Sóstenes Alex Costa de Andrade  
19 Emanuel Fay Mata da Fonseca  
21 Marcial Duarte Coêlho  
23 Edilson Ferreira de Moraes  
26 Paulo Vieira Dantas  
28 Jerônimo Roberto Fernandes dos Santos  
28 Rostand Lanverly de Melo  
30 Norma Santos Teixeira Cavalcante  
31 Erick Costa de Oliveira Filho

### AGOSTO

02 Roldão Oliveira Neto  
07 Galdino José Amorim Vasconcelos  
07 Sandra Janine Wanderley Cavalcante  
11 João Luiz Azevedo Lessa  
21 Oduvaldo de Araújo Persiano  
23 Denise Lima Calheiros  
24 Nelson Tenório de Oliveira Neto  
26 Fernando Tourinho de Omena Souza  
28 Helder Costa Loureiro  
28 Olívia Medeiros  
29 Carlos Aley Santos de Melo  
30 Nelma Torres Padilha  
30 Washington Luiz Damasceno Freitas  
31 Manoel Cavalcanti de Lima Neto